

MAPEAMENTO DA ESTIAGEM NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Salomão de Sousa Medeiros | Daniel Duarte Pereira | Leonardo Bezerra de Melo Tinôco

A estiagem no Semiárido brasileiro já afeta 58% de seus municípios. Neste contexto o Instituto Nacional do Semiárido – INSA realizou um diagnóstico dos municípios do Semiárido brasileiro que já foram reconhecidos pela Secretária Nacional de Defesa Civil em situação de emergência e estado de calamidade pública, devido à escassez de chuva.

Segundo o diagnóstico, cerca de 659 municípios do Semiárido brasileiro já foram reconhecidos em situação de emergência e estado de calamidade pública, devido aos efeitos da estiagem e 70 estão em análise. A população total residente nos municípios já reconhecidos chega a 11.911.871 habitantes, o que representa 53% da população do Semiárido brasileiro, que é de 22.598.318 habitantes. Ressalta-se que a população mais vulnerável desses municípios é a rural (4.452.416 habitantes), por não contar com infraestrutura de abastecimento de água, e ter a agricultura familiar de sequeiro, a criação de animais e o extrativismo como única fonte de renda.

Atualmente, a porção Semiárida mais afetada é a baiana, seguida da paraibana, pernambucana e potiguar por abrigarem os maiores contingentes populacionais atingidos (Tabela 1).

Dentre as principais ações empreendidas pelo Governo Federal no enfrentamento aos efeitos da estiagem é o abastecimento emergencial de água as comunidades através de carros-pipa. No entanto, a qualidade da água fornecida tem sido questionada por diversos estudiosos.

O fato é que ações duradouras e efetivas necessitam serem tomadas objetivando a convivência com a semiaridez. Na área de abastecimento citamos como exemplo a captação de água de chuva através de cisternas de placas e cisternas calçadão – visando o abastecimento humano e animal e para a produção de alimentos, a construção de barragens subterrâneas, a perfuração e recuperação de poços; a implantação de dessalinizadores em comunidades onde a qualidade da água (salinidade) é o fator limitante e uso múltiplo de seus rejeitos, e a construção de sistemas de abastecimento simplificados na forma de chafarizes advindos de micro, médias e pequenas adutoras.

Por outro lado, se avanços com relação à segurança hídrica já são evidenciados mesmo que em muitos casos de forma pontual, existem ainda com relação à segurança forrageira dos rebanhos uma imensa lacuna que procede desde a resistência cultural da população aos processos de fenação e silagem até o desconhecimento completo destas tecnologias.

Ressalta-se ainda que para o ano de 2012 a estiagem tem se agravado, pelo fato de encontrar uma boa porção do Semiárido desprovida de um recurso forrageiro de extrema importância não só para segurança alimentar do rebanho, como também para a economia de muitas regiões, em especial das bacias leiteiras. Trata-se dos campos de palma forrageira, notadamente a variedade Gigante, que foi dizimada pela cochonilha do carmim, oportunizando a mortalidade de animais, e decréscimos da produção de leite e carne.

Deve-se considerar que a cultura da palma além das suas características nutritivas e energéticas representa importante acúmulo de água por unidade de área com perdas reduzidas devidas as suas características fisiológicas e metabólicas. Em resumo campos de palma podem ser entendidos como pequenos reservatórios “plantados” pelos produtores e de difícil perda por evaporação.

Em que pese existirem três (03) variedades resistentes à praga da cochonilha, estas desafiam técnicos e produtores no que se refere a espaçamentos, tratos culturais, adubação, adaptação a diferentes regiões, entre outros aspectos, destacando-se mais uma vez a resistência cultural dos produtores e o despreparo institucional para prever, enfrentar e gerir crises. Para tanto, os estados de Pernambuco e Paraíba já criaram os Gabinetes da Palma no sentido de revitalizar e introduzir a cultura no âmbito das políticas públicas.

O despreparo, entretanto, parece ser uma constante no ambiente semiárido mesmo com os inúmeros diagnósticos, previsões e um leque de tecnologias sociais atualmente disponíveis e de baixo custo. Em resumo, seca, estiagem, segurança hídrica, segurança alimentar, forrageira e outros temas de importância estratégica ao espaço semiárido, sempre tem sido tratados no varejo e nunca no “atacado”. Entendendo-se “atacado” como políticas públicas publicamente construídas.

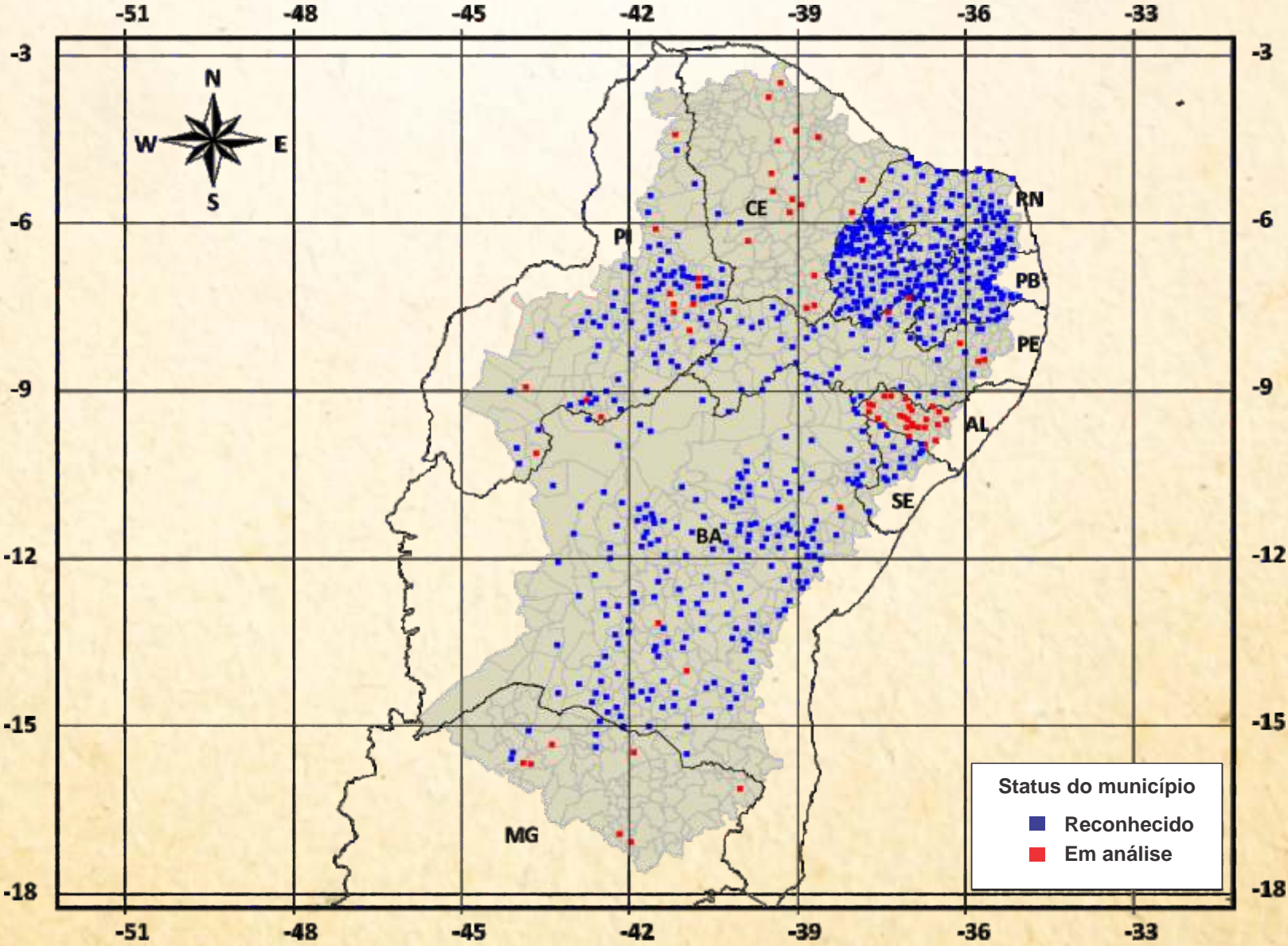


Tabela 1. Número de municípios e população do Semiárido brasileiro segundo as unidades da Federação.

UF/Região	Número de municípios			-----%-----			População residente total			-----%-----			População residente rural			-----%-----		
	Total	R	A	R	A		Total	R	A	R	A		Total	R	A	R	A	
AL	38	0	26	0	68		900.549	0	461.316	0	51		396.960	0	258.060	0	65	
BA	266	196	3	74	1		6.740.697	5.165.563	53.750	77	1		2.762.601	2.110.030	26.561	76	1	
CE	150	3	16	2	11		4.724.705	147.524	533.624	3	11		1.705.819	65.536	230.961	4	14	
MG	85	4	7	5	8		1.232.389	83.511	97.738	7	8		507.141	29.812	49.366	6	10	
PB	170	168	0	99	0		2.092.400	2.071.653	0	99	0		673.788	662.293	0	98	0	
PE	122	52	5	43	4		3.655.822	1.891.413	103.263	52	3		1.279.502	629.177	33.189	49	3	
PI	128	86	13	67	10		1.045.547	691.553	115.487	66	11		524.934	354.488	62.981	68	12	
RN	147	133	0	90	0		1.764.735	1.578.501	0	89	0		553.063	466.359	0	84	0	
SE	29	17	0	59	0		441.474	282.153	0	64	0		191.392	134.721	0	70	0	
Semiárido	1.135	659	70	58	6		22.598.318	11.911.871	1.365.178	53	6		8.595.200	4.452.416	661.118	52	8	

R – municípios reconhecidos em situação de emergência e/ou estado de calamidade pública; A – municípios em análise da situação de emergência e/ou estado de calamidade pública.

Fontes: www.defesacivil.gov.br/index.asp acesso em 25/05/2012.

Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro.

